

## Capítulo 4

# **Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Central**

Este capítulo apresenta as tendências e os determinantes do crescimento, do emprego e das desigualdades na África Central (Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe). Além disso, aborda a composição setorial das economias da região, bem como as dinâmicas da produtividade, da criação de emprego e da desigualdade de oportunidades e de rendimentos. O capítulo analisa igualmente o papel das transformações estruturais na redução da vulnerabilidade da região face às flutuações dos preços internacionais das matérias-primas.

Este capítulo centra-se em quatro tópicos: dinâmicas de crescimento, de emprego e de desigualdade, terminando com recomendações que têm em consideração as especificidades nacionais.

# EM SÍNTESE

Entre 2000 e 2016, a África Central registou uma forte dinâmica de **crecimento** – com uma média de 5.6% –, mas com quase o dobro da volatilidade do resto do continente, fruto da vulnerabilidade da região aos preços internacionais das matérias-primas. Sem transformações estruturais, as perspectivas de que um crescimento sustentado possa reduzir a pobreza e as desigualdades continuam a ser fracas.

Apesar da heterogeneidade da região, todos os países têm em comum a dependência do petróleo e dos minerais. Desde o início dos anos 1990, o setor dos serviços tem contribuído com cerca de 40% para o PIB. A contribuição do setor agrícola decresceu de 21% do PIB em 1990 para 11% em 2015, a favor da expansão da indústria, cuja contribuição para o PIB subiu de 34% para 49%. Este progresso baseia-se em atividades extrativas, pelo que não traduz uma mudança estrutural de fundo.

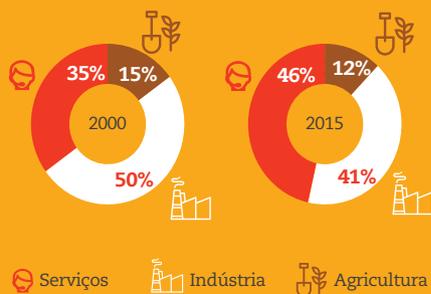
A taxa de desemprego tem primado pela estabilidade, com valores na casa dos 7% desde o ano 2000, mas o mercado de trabalho é dominado pela economia informal. Com um perfil de produção dominado pelos minerais, o crescimento é muito mais intensivo em capital do que em trabalho. O setor dos serviços é o único que tem criado emprego, mas sem conseguir compensar a diminuição do **emprego** nos outros setores.

As políticas a favor dos pobres geraram uma redução da pobreza e da **desigualdade** de oportunidades na maioria dos países da região, mas sem as erradicarem totalmente. No entanto, a desigualdade de rendimentos não diminuiu. O coeficiente de Gini manteve-se constante nos 42 pontos desde o ano 2000, naquele que é o nível mais elevado do continente. A África Central, porém, diverge do resto do continente no que se refere aos resultados positivos que tem obtido no combate à desigualdade de género, mesmo que esta ainda se mantenha elevada na região. Os países devem manter os seus esforços para que a desigualdade de género não volte a crescer.

# Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdades na África Central

## Composição do PIB

O setor dos serviços cresceu à custa dos setores agrícola e industrial



## Crescimento

Curto prazo

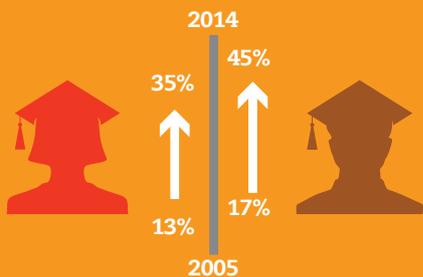


Longo prazo



## Igualdade de Género

Taxas de conclusão do ensino secundário para raparigas e rapazes



A taxa de maternidade na adolescência



## Receitas

Em 2016, o IDE na África Central atingiu 4.7 mil milhões de USD



## Energia

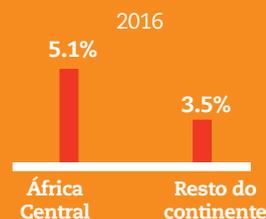
Os recursos energéticos nos países da CEEAC representam



**60% do potencial do continente**

## Violência

Maior violência proveniente de atores não-estatais



Cerca de 542 380 pessoas fugiram da República Centro-Africana desde 2013

**o que equivale a 10% da população**



## Perfil regional da África Central

Tabela 4.1. Indicadores básicos da África Central, 2017

População (milhares)	144 575
Área (milhares de km <sup>2</sup> )	5 276
Densidade populacional (pop./km <sup>2</sup> )	27
PIB, PPC (mil milhões USD)	294
PIB per capita, PPC (USD)	2 009

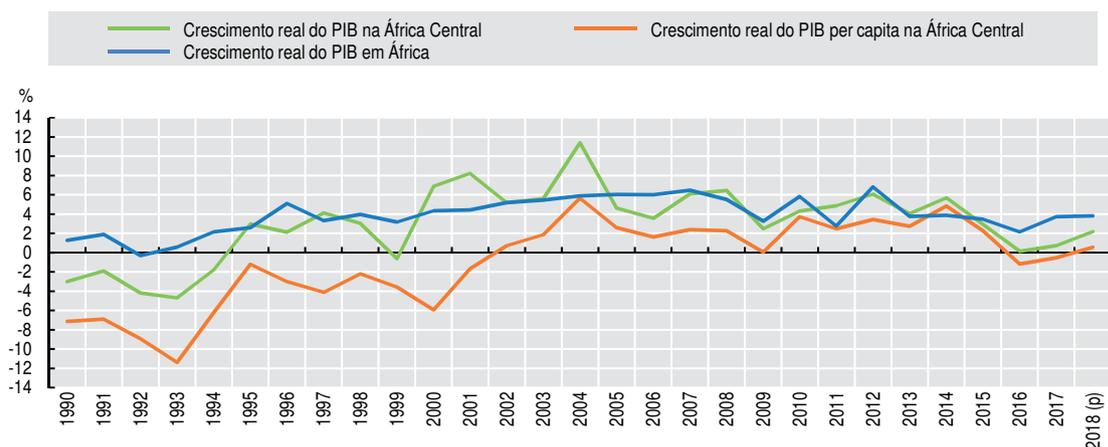
Fonte: Cálculos dos autores, com base em UNDESA (2017), base de dados, Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators*, FMI (2017a), *World Economic Outlook* (base de dados de outubro de 2017).

Tabela 4.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Central 2009-16 (mil milhões de USD, preços correntes)

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	5.2	7.5	7.2	8.7	7.5	8.7	5.6	4.7
		Investimento de carteira	0.3	0.3	-2.2	-3.5	1.3	0	0	0
		Remessas	0.2	0.2	0.4	0.3	0.3	0.4	0.3	0.3
	Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	4.8	7.0	7.9	4.9	4.9	5.0	5.0	4.9
<b>Total de fluxos externos</b>		<b>10.6</b>	<b>14.9</b>	<b>13.3</b>	<b>10.4</b>	<b>14.0</b>	<b>14.1</b>	<b>10.9</b>	<b>10.0</b>	
<b>Receitas fiscais internas</b>		<b>10.8</b>	<b>10.8</b>	<b>13.4</b>	<b>14.6</b>	<b>15.8</b>	<b>17.2</b>	<b>14.2</b>	<b>11.5</b>	

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados de outubro de 2017), e OCDE/CAD (2017), *Online Statistics on International Development* (base de dados).

Figura 4.1. Dinâmicas de crescimento na África Central e em África, 1990-2018

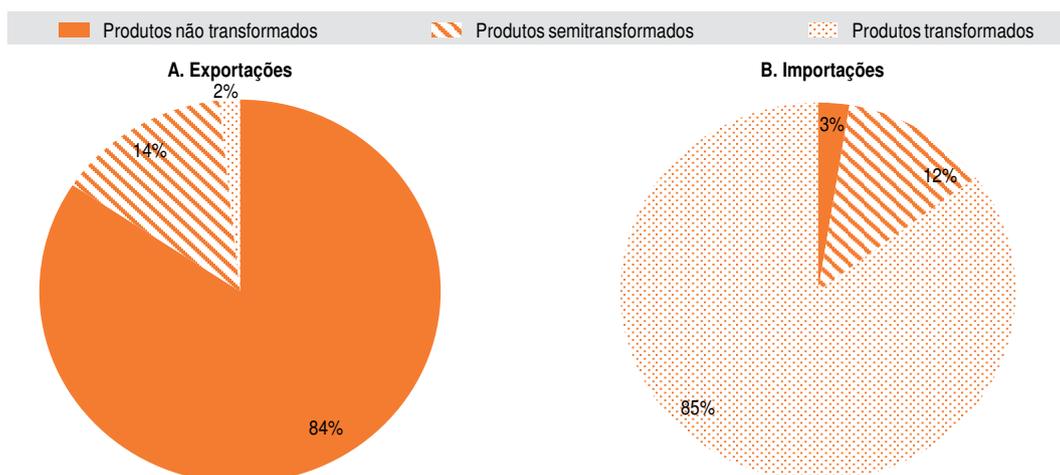


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2017a), *World Economic Outlook* (base de dados de abril de 2018).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783266>

Figura 4.2. Composição do comércio na África Central, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em UNCOMTRADE (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783285>

A África Central é composta por nove países que diferem muito em termos de dimensão, população e geografia. A região incluiu países sem costa marítima, como o Burundi e o Chade, bem como pequenos Estados insulares, como a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. A região integra ainda os Camarões, o Gabão, a República Centro-Africana, a República do Congo (Congo) e a vasta República Democrática do Congo (RDC).

Com 144.6 milhões de habitantes em 2017, 53% dos quais com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, a África Central representa 11.5% da população do continente. O território da África Central tem 5.3 milhões de quilómetros quadrados (km<sup>2</sup>), e regista a mais baixa densidade populacional do continente, com 27 habitantes por km<sup>2</sup> – a densidade populacional de África é de 39 habitantes por km<sup>2</sup>. Entre 1980 e 2016, a população rural passou de 73% para 55% do total populacional, com variações entre os países.

O PIB da África Central é o menor do continente, com 294 mil milhões de USD em paridade do poder de compra (PPC). A contribuição da região para o PIB africano flutua entre os 4% e os 11%, dependendo da economia global e dos preços internacionais dos produtos petrolíferos. Estes representam mais de 80% das exportações totais da região.

Todos os países da região são membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), uma zona de comércio livre criada em 1983. Seis dos nove países são igualmente membros de uma zona económica e monetária criada em 1994, a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC).

## Crescimento instável e frágil

### Crescimento mais volátil do que no continente africano

O crescimento na África Central tende a espelhar a situação no continente, tanto em períodos de crescimento como de recessão, mas é mais errático. De 1989 a 1993, a região conheceu uma dura crise económica provocada pelo choque petrolífero de 1986, pelo esgotamento de depósitos de crude (particularmente nos Camarões) e pelo colapso dos preços das matérias-primas. Após a desvalorização do franco CFA (XAF), em 1994, o crescimento seguiu uma trajetória globalmente positiva, sendo mesmo, por vezes, superior à prestação do continente. Desde 2015, a atividade económica tem sido mais fraca, perturbada pela queda dos preços das matérias-primas.

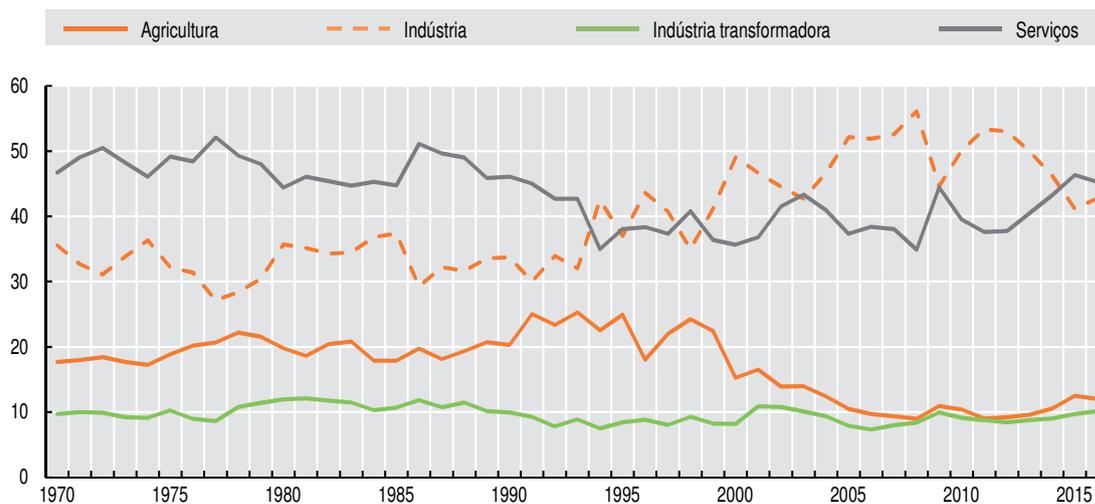
A instabilidade do crescimento parece mais pronunciada do que noutros locais, registando uma volatilidade que quase duplica a que se verifica no resto do continente. A volatilidade é aqui medida através do desvio padrão na taxa de crescimento económico. Os valores para a África Central são 4.11 e 2.6 nos períodos 1971-2016 e 2000-2016, enquanto para África, nos mesmos períodos, os valores são 1.84 e 1.63.

### O setor extrativo impulsiona o crescimento desde 1994

A contribuição sectorial para o crescimento sublinha o predomínio da extração de produtos primários, apesar da desindustrialização dos anos 1990 e 2000.

- O setor agrícola contribuiu menos para a produção regional, com o seu peso a colapsar desde o início dos anos 2000, estabilizando em torno dos 10% do PIB no final da década.
- O setor dos serviços parecia liderar o crescimento até 1993, até estabilizar em torno dos 40% do PIB.
- Desde 1994, é a indústria que impulsiona o crescimento, associado mais à extração de matérias-primas do que à criação real de valor acrescentado. Na realidade, o peso da produção da indústria transformadora no quadro do setor industrial é baixo e estável, representando cerca de 10% do PIB no período 1970-2015 (Figura 4.3).

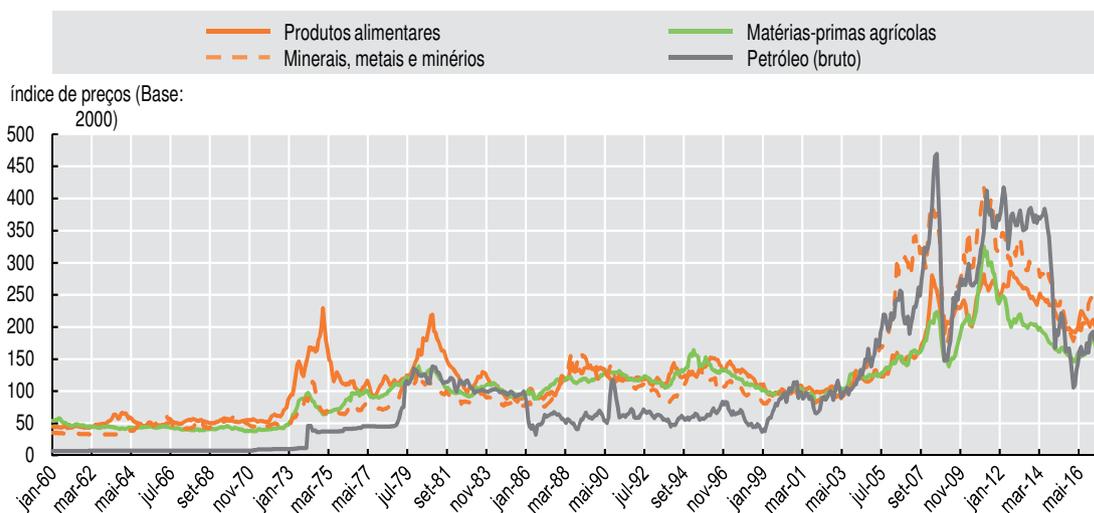
Figura 4.3. Contributo setorial para o PIB na África Central (percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em CNUCED (2017), UNCTADStat (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783304>

Desde 1999, o aumento dos preços das matérias-primas (Figura 4.4) encorajou a exploração dos recursos naturais, particularmente do petróleo. Em paralelo, levou os países a abandonar outros setores, como a agricultura, numa dinâmica que impede o desenvolvimento de outras áreas da economia que poderiam criar um real valor acrescentado, como a indústria transformadora.

Figura 4.4. Evolução dos preços das principais matérias-primas



Fonte: Cálculos dos autores, com base em CNUCED (2017), UNCTADStat (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783323>

Perante o peso das matérias-primas nas economias nacionais, são comuns dois tipos de transformações estruturais, que favorecem o setor industrial ou o dos serviços. No Chade, no Congo e na Guiné Equatorial, a produção mineira sustenta o crescimento do setor industrial. Em contraste, o Burundi e São Tomé e Príncipe conheceram uma expansão dos serviços em detrimento da agricultura. Em todos os países da África Central, à exceção do Burundi, o setor primário contribui menos para o crescimento do que os setores secundário e terciário.

Desde 2000, o desempenho económico da região tem estado dependente da evolução dos preços das matérias-primas. Quando estes colapsaram, em 2014-2015, a região entrou em recessão. A falta de diversificação das economias enfraquece o crescimento.

### Capital: o motor do crescimento económico

Uma análise dos fatores de produção mostra que o capital contribuiu mais para o crescimento económico do que o emprego e a produtividade total dos fatores (PTF), tanto a curto quanto a longo prazo (Tabela 4.3).

- A curto prazo, as variações no crescimento são impulsionadas pelo trabalho e pelo capital. Um aumento de 1% na taxa de crescimento do emprego está associada a um acréscimo de 0.56% na taxa de crescimento geral. O impacto do capital é maior: um crescimento de capital de 1% gera um aumento do crescimento de 0.86%. A produtividade não tem um efeito significativo no crescimento.
- A longo prazo, o capital desempenha um papel mais importante na produção do que o trabalho. Um aumento de 1% do fator trabalho gera um acréscimo de 0.39% na produção, enquanto uma subida de 1% no capital gera um aumento da produção de 0.78%.

Tabela 4.3. Contribuição dos fatores de produção para o crescimento

VARIÁVEIS	Produção	
	Longo prazo	Curto prazo
Trabalho	0.385*** (0.0167)	
Capital	0.784*** (0.0217)	
Variável Trabalho		0.564** (0.234)
Variável Capital		0.864*** (0.202)
PTF	0.987*** (0.211)	-0.00951 (0.0110)
Observações	315	306
R-quadrado	0.926	0.163

Notas: Os símbolos \*\*\*, \*\*, e \* referem-se à significância estatística de 1%, 5% e 10%, respetivamente. Os desvios padrão encontram-se entre parêntesis. O modelo utilizado para as estimativas teve em consideração problemas de autocorrelação e heteroscedasticidade. O anexo 4.A1 descreve os passos seguidos para decompor a produção em trabalho, capital e produtividade total dos fatores (PTF).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em GGDC/UC Davis (2018), Penn World Table 9.0 (base de dados).

### Os motores económicos não geram um crescimento sustentado

Desde 2009, o crescimento tem sido impulsionado pelo consumo e pelo investimento. O consumo privado tem sido o mais estável determinante do crescimento desde 2003 (Figura 4.5). O investimento também tem um efeito positivo no crescimento da África Central, semelhante às dinâmicas verificadas no resto do continente africano (Figura 4.6).

No entanto, o baixo nível de investimento público em infraestruturas prejudica o crescimento de longo prazo. As variações nos preços do petróleo dão pouca estabilidade às finanças públicas e os países têm dificuldade em assumir compromissos de investimento público a longo prazo, sobretudo em infraestruturas. A África Central tem um acesso a energia elétrica semelhante ao registado a nível continental (30%), apesar de existirem grandes diferenças regionais. O Burundi, o Gabão, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe têm bons níveis de eletrificação (entre 50% e 70%), por comparação com os valores inferiores a 10% registados no Chade, na República Centro-Africana e na RDC.

Figura 4.5. Componentes do crescimento na África Central



Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), World Development Indicators e FMI (2018), World Economic Outlook (base de dados de outubro de 2017).

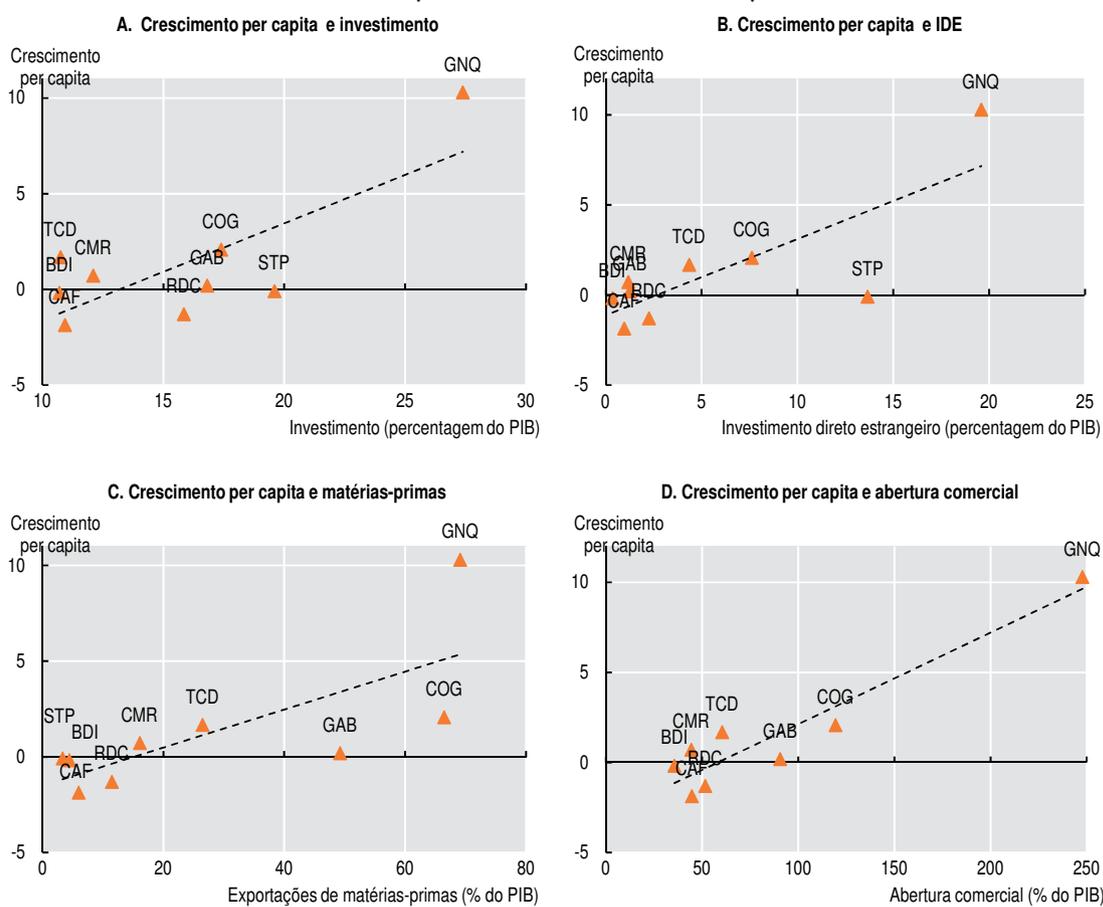
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783342>

Desde 2015, a melhoria do ambiente de negócios incentivou o crescimento do investimento privado. As reformas preconizadas pelo Tratado sobre a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA), pelos Atos Uniformes e pela legislação nacional acrescentaram novas proteções aos investidores minoritários e promoveram a contração de empréstimos (Banco Mundial, 2017b). Os países da região, porém, continuam a ter fracos desempenhos internacionais no índice *Doing Business* do Banco Mundial, que avalia anualmente o ambiente de negócios em todo o mundo. Os Camarões, o país da região melhor posicionado, ocupa a 163ª posição em 2018, numa lista de 190 países (Banco Mundial, 2018). A adoção de nova legislação deve, assim, ser acompanhada por uma implementação eficaz das reformas.

Os países com maior crescimento também são o que registam maior abertura a fluxos comerciais e financeiros (Figura 4.6). Esta relação, frequentemente destacada na literatura (Barro, 1991; Barrow, 2000), depende da estrutura das economias nacionais, mas a correlação não implica necessariamente uma relação causa-efeito.

Os países com recursos minerais e petrolíferos que têm relativa estabilidade institucional atraem mais IDE (Figura 4.6). O Congo, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe recebem, em média, mais IDE, graças ao setor extrativo, enquanto os restantes países da região continuam a registar um investimento externo muito baixo.

Figura 4.6. Principais determinantes do crescimento na África Central (médias entre 1980 e 2014)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators*; GGDC/UC Davis (2018), *Penn World Table 9.0*; e CNUCED (2017), *UNCTADStat*.  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783361>

A abertura económica tem um efeito positivo e significativo no crescimento, apesar da grande heterogeneidade entre os países (Figura 4.6). A Guiné Equatorial, com um crescimento de 10%, é um caso excepcional por comparação com a média regional, fruto de um elevado nível de investimento, de exportações e de abertura ao comércio.

As exportações de matérias-primas continuam a ser uma das principais fontes de receitas e de divisas, mas dificultam a diversificação económica. Os países que dependem da exportação de matérias-primas, como o Congo, o Gabão e Guiné Equatorial, têm economias muito pouco diversificadas, mais vulneráveis às flutuações dos preços internacionais do petróleo. As outras economias também estão expostas pela sua dependência, na medida em que 75% das suas exportações se concentram em três produtos (República Centro-Africana, RDC e São Tomé e Príncipe), ou mesmo num único produto (petróleo, no Chade).

Nem todos os países sofreram períodos de conflitos, mas a região tem sido afetada por sérios riscos de segurança (Figura 4.7). Desde o ano 2000, o Burundi, os Camarões, o Chade, a República Centro-Africana e a RDC foram, ou ainda são, afetados por situações de conflito, internos ou transfronteiriços. A correlação entre conflitos e desenvolvimento económico não é clara. Um país que vive uma situação de conflito pode ter um bom nível de crescimento, como foi o caso da RDC entre 2011 e 2016.

Os problemas de segurança, no entanto, têm repercussões negativas nos fatores que impulsionam o crescimento. As guerras na África Central destruíram capital material, reduziram o investimento em saúde, tiveram impactos negativos na educação e no capital humano, bem como restringiram a acumulação de capital social, sobretudo a construção da confiança entre os investidores e as instituições governamentais (Hugon, 2006). Estes conflitos provocaram a deslocação forçada da população, o que impede toda a atividade produtiva estável. Assim, mais de 400 000 pessoas fugiram do Burundi desde 2015 (ACNUR, 2017) e 542 380 da República Centro-Africana desde 2013 (ACNUR, 2018) – cerca de 4% e 10% da população, respetivamente.

Figura 4.7. Violência por parte de atores não-estatais em África



Nota: A mudança de fonte pode afetar a comparabilidade do indicador de 2006 com os valores históricos, pelo que os indicadores apresentados nas tabelas foram ajustados em conformidade. Para mais detalhes sobre as fontes e os cálculos computacionais, ver a nota sobre a metodologia.

Fonte: Indicadores do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em informações recolhidas em África pelas agências noticiosas Reuters e AFP.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783380>

## Crescimento sem emprego enfraquece a economia

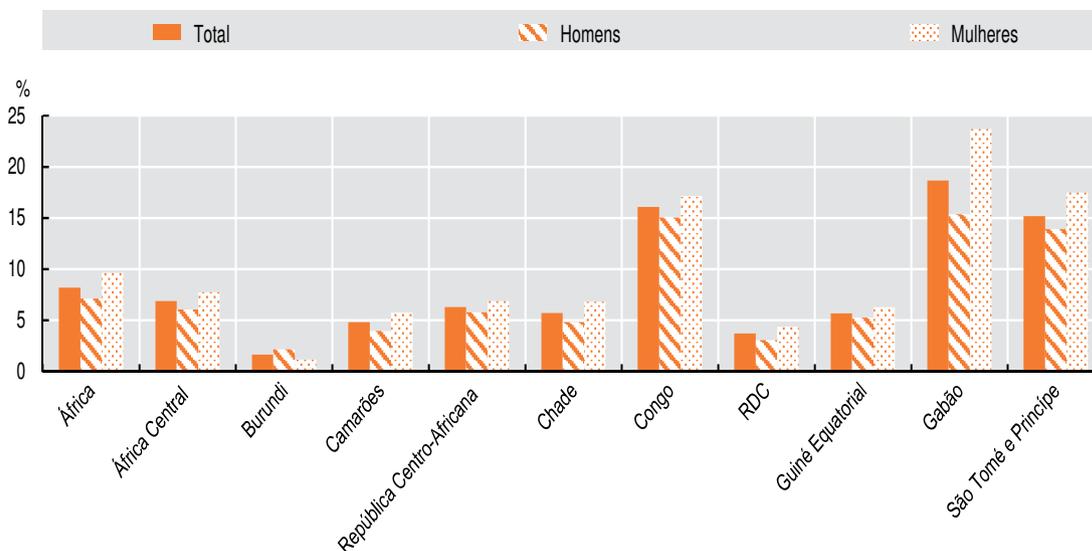
### Em 15 anos, o mercado de trabalho manteve-se predominantemente informal

Com um mercado de trabalho pujante, os níveis de emprego parecem ser, no período 2000-2015, ligeiramente maiores do que a média africana. Até 2030, a população em idade ativa deverá aumentar 4.3 milhões de pessoas por ano. Atualmente, 68% da população total da África Central é economicamente ativa, por comparação com os 61% registados no total do continente. A taxa de emprego das mulheres na África Central é maior do que a registada no continente, mas a desigualdade de género persiste (Anexo 4.A2). Na região, a taxa de emprego das mulheres situa-se nos 64.8%, enquanto a dos homens é de 71.7%, e a média de emprego feminino no continente africano é de 48.7%.

A dimensão do setor informal, no entanto, requer que estas estatísticas sejam interpretadas com cautela. É muito difícil ter uma perspetiva geral e precisa do mercado de trabalho sem ter em conta o setor informal, que se estima representar uma média de 38% do PIB em África (FMI, 2017b). Segundo a mesma fonte, os dados disponíveis para a África Central, para o período 2010-2014, variam entre pouco menos de 30% do PIB nos Camarões (o valor mais baixo da região) até quase 45% no Gabão. Os empregos no setor informal representam uma reserva que permite absorver o crescimento da população em idade ativa. Porém, a insegurança ligada ao emprego – que inclui instabilidade de rendimentos e salários mais baixos – é um argumento para promover atividades formais.

Os números do desemprego não incluem dados sobre o subemprego, o que faz com que a dimensão do desemprego na economia esteja sub-representada. No entanto, são necessárias bases de dados completas e atualizadas para avaliar e fomentar a eficácia das políticas públicas. Assim, os dados sobre o desemprego parecem ser insuficientes para retratar a realidade do mercado de trabalho e o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Entre 2000 e 2015, por exemplo, o desemprego médio na região variou pouco, com uma taxa média razoavelmente baixa de 7% (Figura 4.8). O desemprego por categorias também sofreu poucas variações: 14.6% nos jovens, 9.8% nas mulheres e 7% nos homens.

Figura 4.8. Desemprego médio, 2000-15 (percentagem)

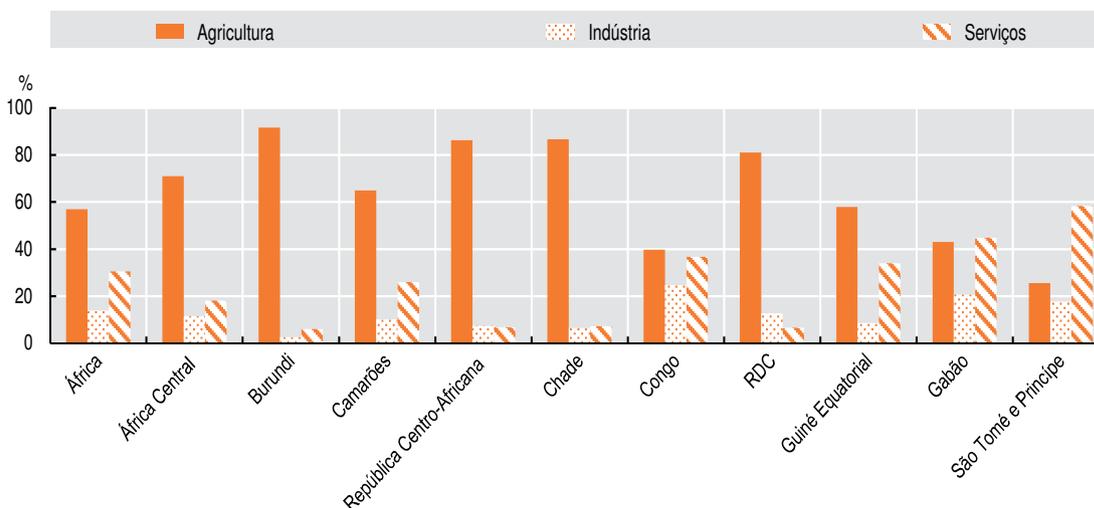


Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783399>

### O crescimento intensivo em capital não teve sucesso na geração de emprego

Tal como noutros países de baixo rendimento, os empregos na África Central concentram-se na agricultura. Quase todos os países têm taxas de emprego no setor agrícola muito superiores às registadas nos outros setores, com uma média regional de 70.9%. Apenas o Gabão (43%) e São Tomé e Príncipe (26%) são exceções à regra (Figura 4.9).

Figura 4.9. Distribuição do emprego por setor entre 2000-15 (percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783418>

De acordo com o modelo Vetorial Autorregressivo (VAR, Anexo 4.A1), a relação entre o mercado de trabalho e o crescimento económico na África Central é claramente positiva, mas com dinâmicas temporais muito diferentes (Figura 4.10).

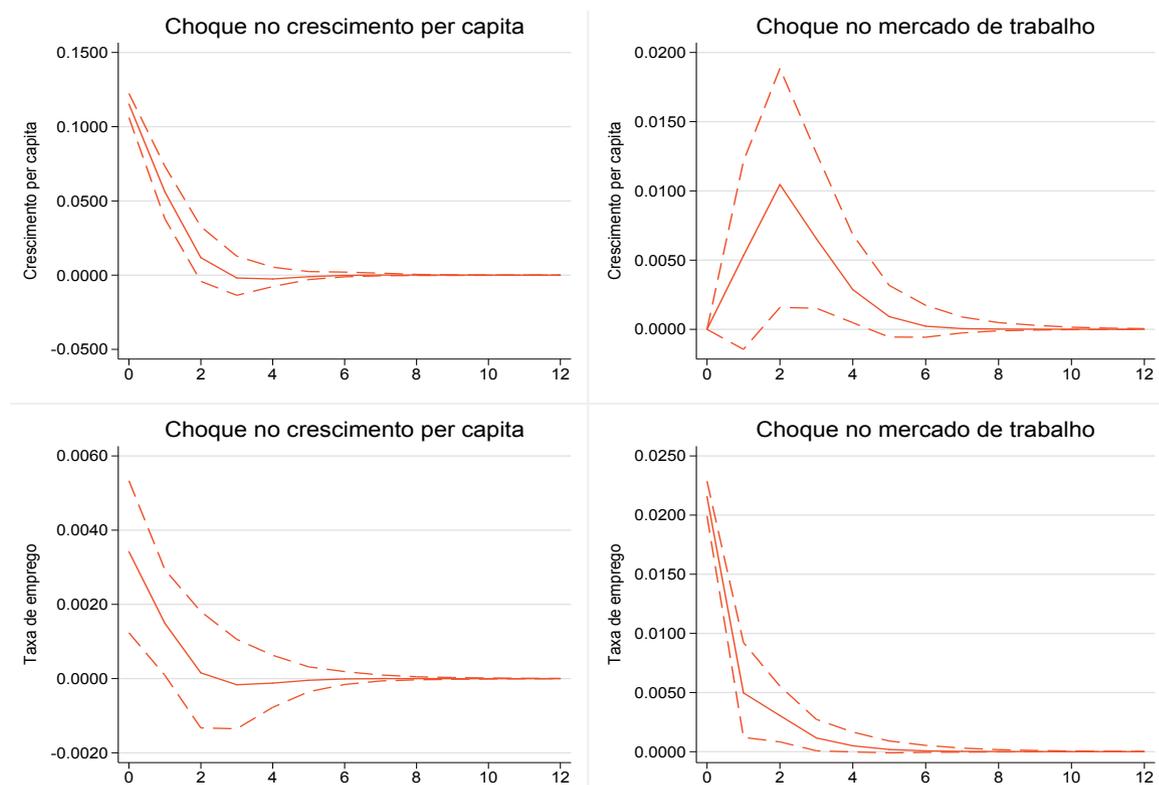
- Os choques económicos positivos têm um impacto favorável imediato, embora relativamente baixo, na criação de emprego. Com efeito, a magnitude da reação do emprego (designada *impulso-resposta*) é relativamente baixa, de acordo com os resultados para a África Central no período entre 2008 e 2014. Por exemplo, um acréscimo de 1% na atividade económica resulta num crescimento marginal do emprego, no mesmo ano, de 0.03%. O efeito diminui gradualmente, chegando ao zero após dois anos.
- Inversamente, um choque positivo no mercado de trabalho tem um efeito diferido – passados dois anos – que se sustenta no crescimento económico até ao quarto ano após esse choque. Neste caso, um aumento do emprego de 2% gera um acréscimo de 1% na atividade económica durante o segundo ano e de 0.5% no terceiro ano. Este efeito ainda é positivo no quarto ano a seguir ao choque.

O crescimento dos últimos sete anos também não criou empregos suficientes, especialmente nos países dependentes de recursos naturais (Figura 4.11). No início dos anos 2000, a transformação estrutural levou à criação de empregos com baixos salários no setor extrativo, que emprega menos de 1% da população ativa e que não conseguiu recrutar localmente o número suficiente de trabalhadores para empregos com alto valor acrescentado (PNUD, 2017).

Os vários setores não conseguem criar emprego suficiente. O emprego no setor agrícola registou uma diminuição, particularmente entre 1999 e 2005. Isto pode ser um indicador de transformação estrutural ou de uma redistribuição da força de trabalho.

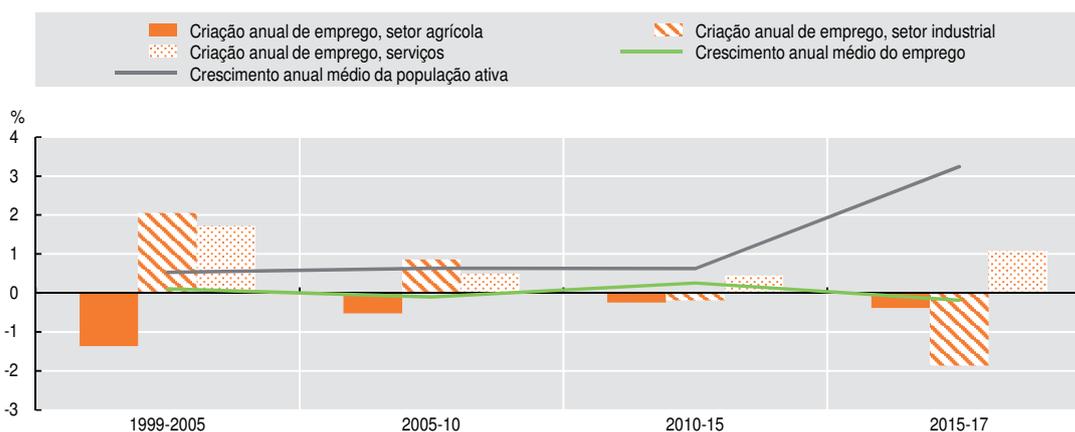
De qualquer forma, este declínio não é compensado por um número proporcional de novos empregos na indústria e nos serviços. A falta de oportunidades continua a ser preocupante, enquanto a população em idade ativa continua a aumentar, com uma taxa de crescimento de 16% entre 2010 e 2015 (UNDESA, 2017).

Figura 4.10. Interação entre crescimento e emprego na África Central (impulso-resposta a choques), 1980-2014



Fonte: Cálculos dos autores, com base em GGDC/UC Davis (2018), Penn World Table 9.0 (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783437>

Figura 4.11. Criação anual de emprego por setor, 1999-2017



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783456>

## As estruturas das economias ampliam a desigualdade

### A desigualdade e a pobreza estagnaram em níveis alarmantes

O coeficiente de Gini na África Central manteve-se fixo em 42 (Tabela 4.4) nos últimos 15 anos e continua a ser o mais elevado de todas as regiões do continente. A capacidade dos países para afetarem recursos e redistribuírem rendimentos parece limitada, entre outros fatores, pelo baixo nível de receitas fiscais, as quais foram de apenas 11% do PIB em 2016, quando a média de todo o continente africano é de 16% (FMI, 2018). A inconsistência das aferições estatísticas, no entanto, não permite uma visão abrangente precisa e completa da escala da pobreza e da desigualdade. Mesmo assim, identificam-se diversas tendências para os países, aqui listados por ordem alfabética.

Tabela 4.4. Desigualdade de rendimentos na África Central

País	Ano	Coeficiente de Gini
Burundi	2006	33.4
	2013	39.2
Camarões	2001	42.1
	2007	42.8
	2014	46.5
Chade	2003	39.8
	2011	43.3
Congo	2005	47.3
	2011	48.9
Gabão	2005	42.2
Guiné Equatorial	-	-
República Centro-Africana	2003	43.6
	2008	56.2
RDC	2004	42.2
	2012	42.1
São Tomé e Príncipe	2000	32.1
	2010	30.8
África Central	2000-08	42
	2009-16	42

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Sem sistemas sólidos de segurança social, a incidência da pobreza em África continua a ser muito elevada (Tabelas 4.5 e 4.6). Os países da região não conseguiram sustentar um crescimento inclusivo, apesar da adoção de políticas redistributivas. Nos locais onde estas existem, é necessário avaliar o impacto das reformas da segurança social, como é o caso do Gabão, onde em 2014 foi adotada uma estratégia de investimento humano.

Mais uma vez, estas estatísticas devem ser interpretadas com cautela, dada a inconsistência dos estudos realizados. A luta contra a pobreza e a desigualdade começa com uma avaliação correta da situação, mas a disponibilidade de dados atuais é escassa, o que diminui a fiabilidade das estatísticas existentes. Continuam a faltar sistemas administrativos que cheguem às regiões mais remotas de cada país e que permitam a recolha sistemática de dados básicos sobre a população (por exemplo, a certidão de nascimento de cada criança).

Tabela 4.5. Taxas de pobreza na África Central (limiar de 1.90 USD)

País	Ano	Taxa
Burundi	2006	77.7
	2013	73.7
Camarões	2001	23.1
	2007	29.3
	2014	24
Chade	2003	62.9
	2011	38.4
Congo	2005	50.2
	2011	37
Gabão	2005	8
Guiné Equatorial	-	-
República Centro-Africana	2003	64.8
	2008	66.3
RDC	2004	94
	2012	77.1
São Tomé e Príncipe	2000	29.8
	2010	32.3

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Tabela 4.6. Taxas de pobreza na África Central (limiares nacionais)

País	Ano	Taxa
Burundi	2006	67.1
	2014	64.6
Camarões	2001	40.2
	2007	39.9
	2014	37.5
Chade	2002	54.8
	2011	56.7
Congo	2004	69.3
	2011	46.5
Gabão	2005	32.7
Guiné Equatorial	2006	76.8
República Centro-Africana	2008	62
RDC	2004	69.3
	2012	63.9
São Tomé e Príncipe	2000	68.3
	2010	66.2

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

A desigualdade de rendimentos é reforçada pela desigualdade de oportunidades (Tabela 4.7). Apesar dos progressos alcançados em termos de acesso a serviços básicos, à educação e à saúde em todos os países, e particularmente no Gabão, a região poderia melhorar muito mais. A taxa de matrículas no ensino primário é boa (68%), mas é baixa no secundário (25%), pelo que poderia ser alvo de um maior empenho. Desde 1999, a taxa de mortalidade infantil diminuiu para cerca de metade, em quase todos os países, à exceção do Chade e da RDC. As áreas rurais continuam a ser mais carenciadas, como demonstra o exemplo dos Camarões, onde 86% dos cidadãos têm acesso a energia elétrica, percentagem que cai para 22% nas zonas rurais. Além disso, o acesso à internet é baixo, cobrindo apenas 10% da população, ou seja, pior do que os 24% registados no resto do continente (Anexo 4.A2).

Tabela 4.7. Desigualdade de oportunidades nos países da África Central, 1999-2015

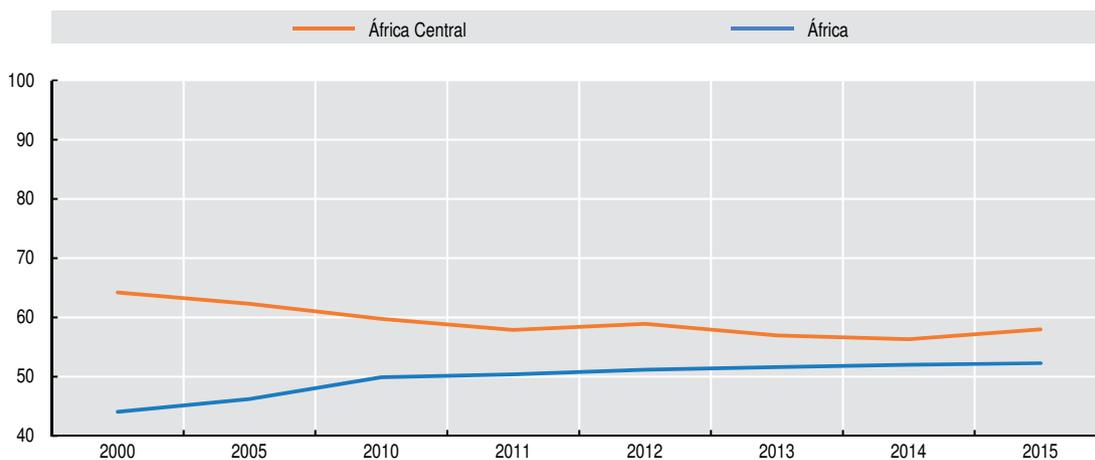
	Burundi	Camarões	Chade	Congo	Gabão	Guiné Equatorial	República Centro-Africana	RDC	São Tomé e Príncipe	África Central
<b>Indicadores de Educação</b>										
Taxa de matrículas no ensino primário	71.3	87.9	58.5	35.8	-	60.5	60.4	72.8	94.1	<b>67.1</b>
Taxa de matrículas no ensino secundário	19.4	41.6	8.6	-	-	22.7	12.7	-	41.1	<b>25.3</b>
Raparigas-quota de matrículas ensino primário	69.2	85.4	48.2	34.4	-	58.3	51.5	73.8	92.9	<b>63.5</b>
Raparigas-quota de matrículas ensino secundário	18.5	38.8	4.3	-	-	15.4	9.0	-	43.4	<b>22.2</b>
<b>Indicadores de Saúde</b>										
Taxa de mortalidade infantil (%)	70.3	76.7	88.9	90.2	45.0	85.6	103.5	53.7	39.3	<b>72.9</b>
Esperança de vida à nascença	53.8	53.7	49.3	54.7	61.6	55.0	46.7	57.2	65.0	<b>55.4</b>
<b>Indicadores de padrões de vida decentes (percentagem da população)</b>										
Acesso a eletricidade	5.1	49.2	5.2	10.7	81.6	63.7	9.2	35.3	57.1	<b>39.0</b>
Acesso a serviços básicos, saneamento	46.2	39.2	9.7	21.0	40.0	77.0	20.8	13.8	30.4	<b>31.5</b>
Acesso a serviços básicos, água	54.2	60.4	40.7	62.1	83.7	49.1	73.4	38.1	53.2	<b>57.6</b>
<b>Indicadores Tecnológicos (por 100 pessoas)</b>										
Acesso a linhas fixas de telefone	0.3	2.0	0.2	0.0	2.1	1.6	0.1	0.4	4.1	<b>1.3</b>
Acesso a telefones móveis	13	32	17	18	85	33	13	53	34	<b>35.7</b>

Nota: Para o período 2010-15, os indicadores de acesso a tecnologia são médias, para refletirem melhor a realidade. Estes indicadores eram quase 0 na década de 90 e cresceram rapidamente nos anos 2000.

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Desde o ano 2000, a desigualdade de género diminuiu (Figura 4.12), particularmente no mercado de trabalho, mas ainda são necessários progressos em termos de saúde, educação, mercado de trabalho, participação e representação política.

Figura 4.12. Evolução do índice de desigualdade de género na África Central (percentagem)

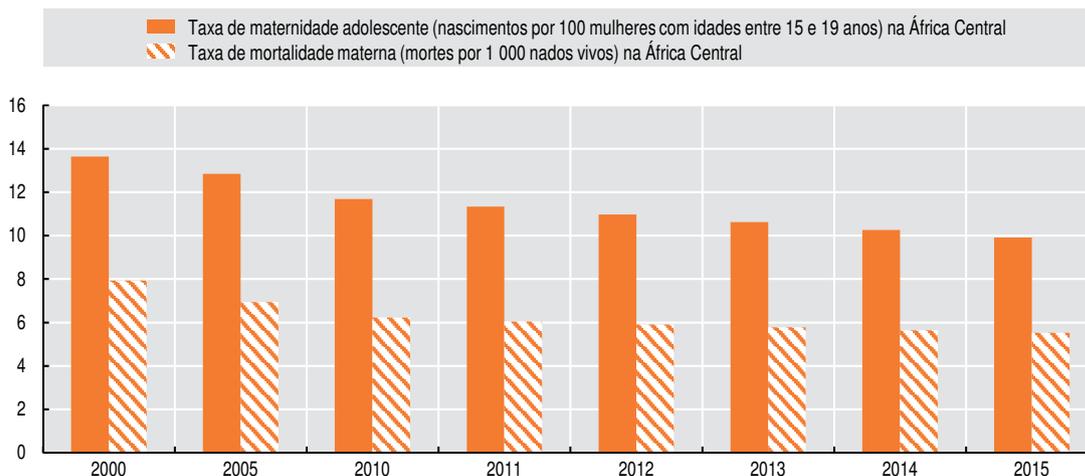


Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783475>

Os números da gravidez na adolescência e a taxa de mortalidade materna diminuíram em toda a região (Figura 4.13), graças à migração para as cidades e ao aumento da escolaridade das raparigas (UNICEF, 2015), embora continuem demasiado altos.

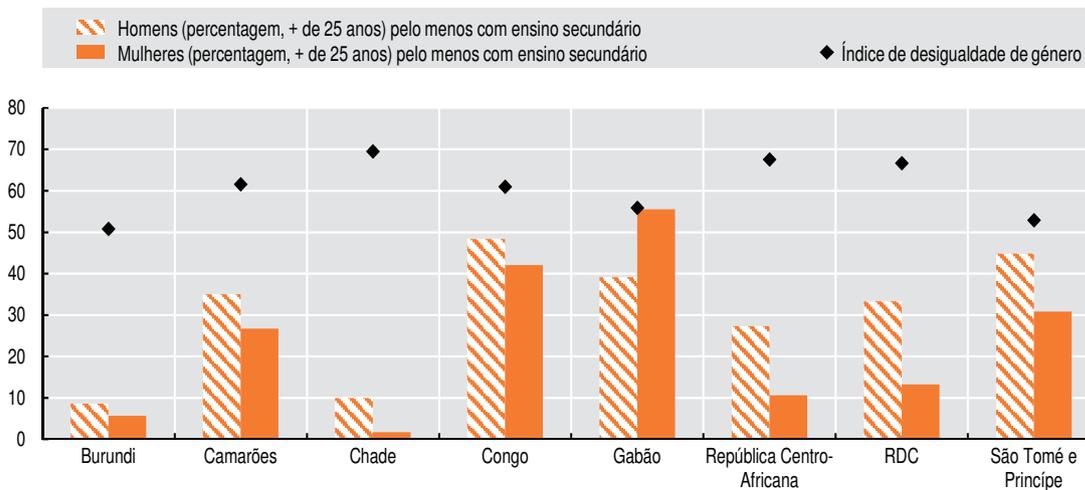
Figura 4.13. Taxas de mortalidade materna e taxas de maternidade adolescente na África Central



Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783494>

No que respeita à educação, os países devem continuar os esforços de promoção do acesso das raparigas à escolaridade. Por toda a região, a proporção de homens com mais de 25 anos com um mínimo de escolaridade de nível secundário é maior do que a de mulheres, sendo o Gabão a exceção (Figura 4.14). No Burundi e no Chade, menos de 10% dos homens têm educação superior, enquanto essa taxa é de 5.6% e 1.7% para as mulheres, respetivamente nos dois países.

Figura 4.14. Taxas médias de escolaridade por género (média 2000-15)



Nota: Dados incompletos para a Guiné Equatorial.

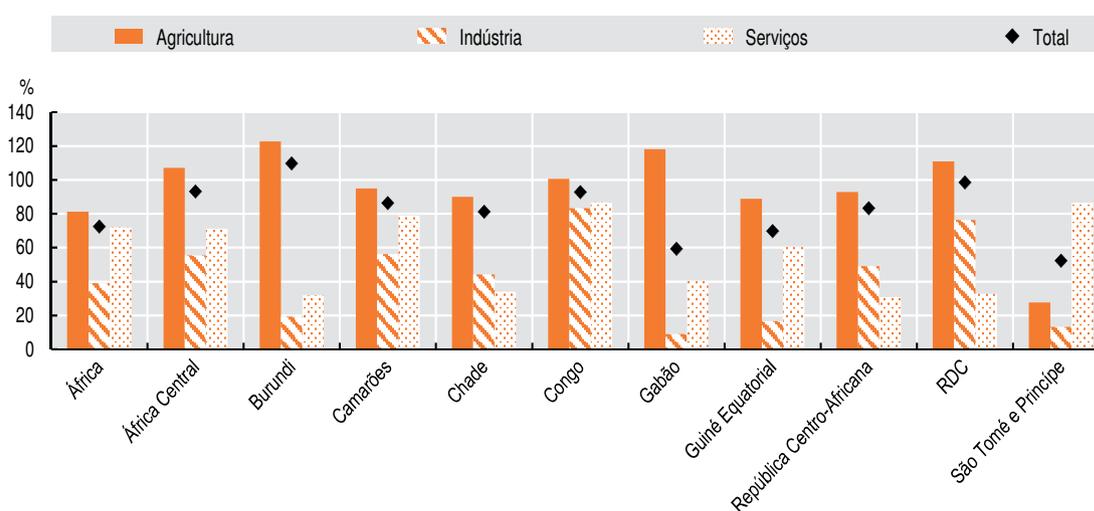
Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783513>

O mercado de trabalho parece ser menos desigual do que no resto do continente (Figura 4.15). Com as exceções do Gabão e de São Tomé e Príncipe, todos os países da

região têm taxas de emprego feminino superiores à média africana. Adicionalmente, o setor agrícola emprega marginalmente mais mulheres do que homens, o que demonstra que as mulheres podem ter sucesso em atividades económicas de produção de alimentos. Estas atividades proporcionam empregos com pouco valor acrescentado mas com maior flexibilidade, o que facilita a integração das mulheres no mercado de trabalho.

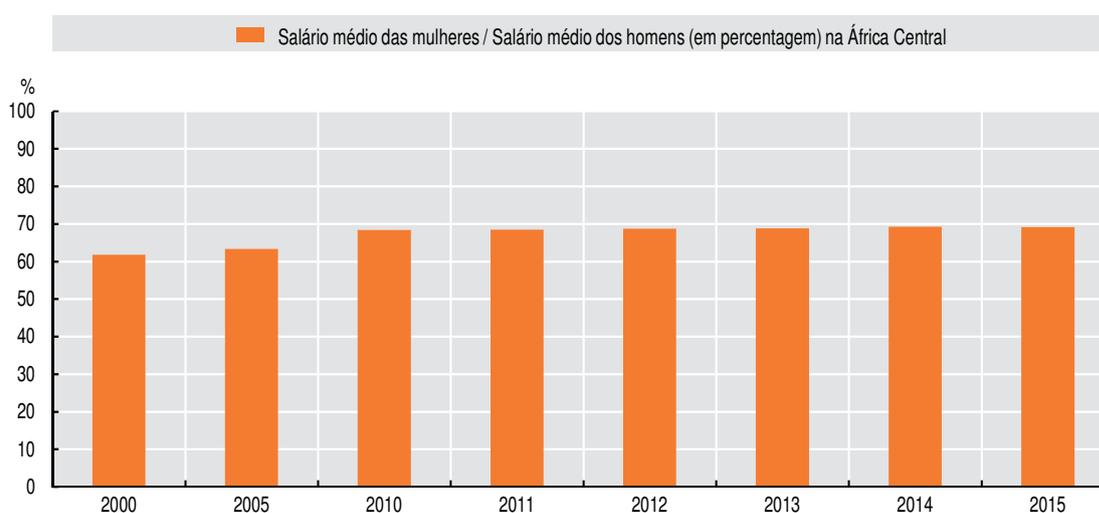
As disparidades salariais entre homens e mulheres, no entanto, não diminuíram materialmente desde o ano 2000 (Figura 4.16). O Burundi regista a menor disparidade, com as mulheres a auferirem, em média, 84% do salário dos homens, valor que desce para menos de 50% em São Tomé e Príncipe e para cerca de 66% (dois terços) nos Camarões, no Chade, no Gabão, na Guiné Equatorial e na República Centro-Africana.

Figura 4.15. Taxas de emprego mulheres/homens por setor (média no período 2000-15, percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783532>

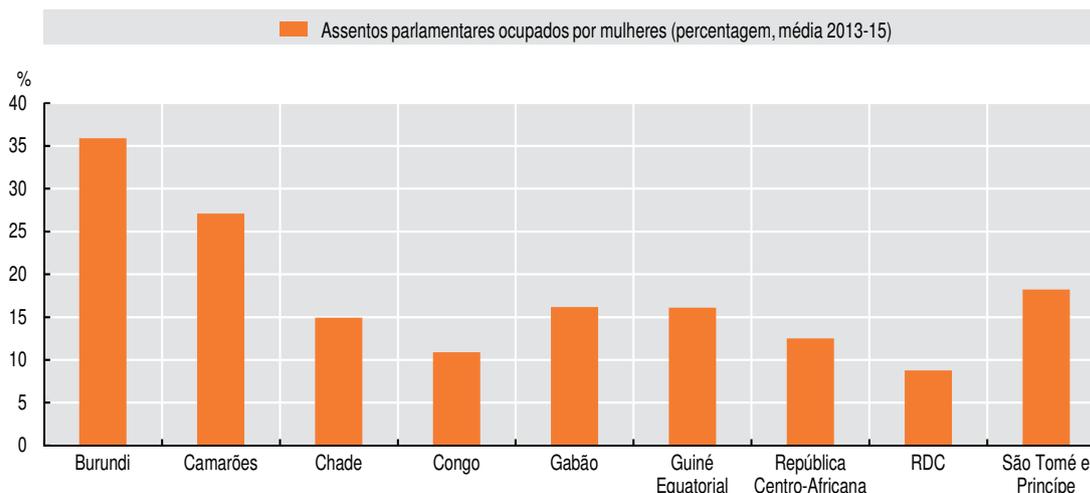
Figura 4.16. Desigualdade de rendimentos homens/mulheres (média no período 2000-15)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), Human Development Report (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783551>

As mulheres estão sub-representadas nas instituições de poder (Figura 4.17). O país que fez mais esforços neste domínio continua a ser o Burundi, onde quase um terço dos membros do Parlamento são mulheres, três vezes mais do que o que sucede na República Centro-Africana (11%).

Figura 4.17. Representantes femininas no Parlamento (média 2000-15)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783570>

### Os ganhos de produtividade no setor extrativo não reduziram a desigualdade de rendimentos

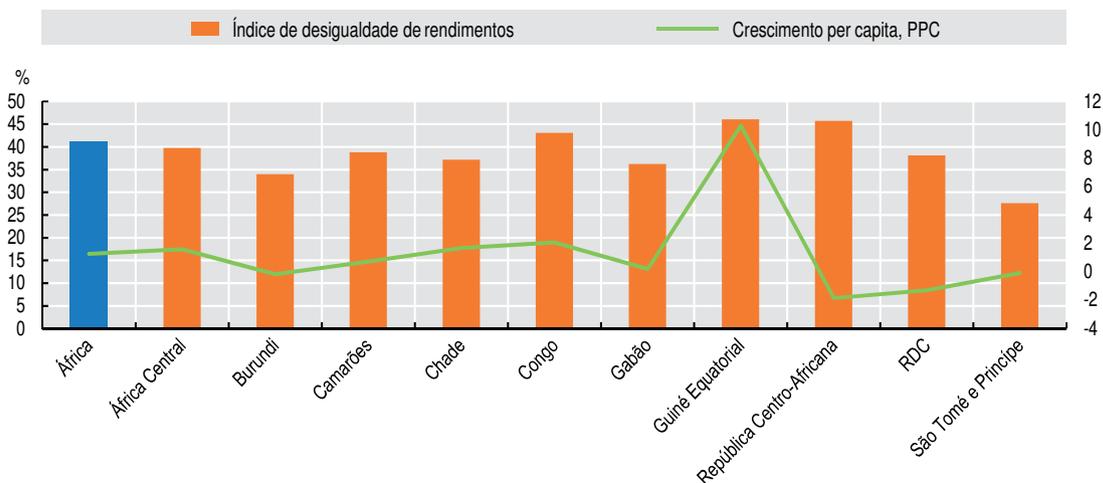
A África Central não tem conseguido manter um crescimento inclusivo e sustentável. As políticas redistributivas não conseguiram capitalizar o crescimento do início da década de 2000. Além disso, as desigualdades estagnaram, ou até aumentaram, no Burundi, nos Camarões, no Chade e na República Centro-Africana.

O crescimento económico foi impulsionado por um setor industrial incapaz de criar empregos e gerador de desigualdade. Com efeito, as desigualdades diminuíram naqueles países africanos em que o crescimento é impulsionado por progressos na agricultura moderna, nos serviços ou em setores da produção industrial altamente intensivos em trabalho (PNUD, 2017). No entanto, o setor industrial da África Central depende da mineração e do petróleo, ambas atividades intensivas em capital.

Ao perseverar nos esforços de diversificação, os Camarões conseguiram diminuir a taxa de pobreza. No início dos anos 90, com a queda dos preços do petróleo, a dependência dos Camarões relativamente aos produtos primários desencadeou uma crise económica. O governo incentivou o investimento nos serviços e na agricultura, para construir as bases de uma economia resiliente. Os ganhos de produtividade no setor agrícola e a criação de emprego no setor dos serviços levaram à redução da taxa de pobreza, que passou de 29%, em 2007, para 24%, em 2014.

Nos países dependentes de recursos naturais, as desigualdades são agravadas pela instabilidade institucional. A exploração destes recursos enfraquece a governação de alguns países, como é o caso da RDC. Por seu lado, a fragilidade institucional aumenta a dependência dos recursos naturais. O setor extrativo, altamente intensivo em capital, é um incentivo aos monopólios ou oligopólios estatais. O reduzido número de operadores com os meios financeiros para investir faz com que beneficiem de rendas e de proteção institucional informal (PNUD, 2017).

Figura 4.18. Crescimento económico e desigualdade de rendimentos (2000-15)



Nota: Valores do “índice de desigualdade salarial” no eixo esquerdo. Valores do “crescimento per capita em PPC” no eixo direito.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783589>

## Recomendações de políticas

Os desafios que a região enfrenta exigem a implementação de transformações estruturais que aumentam a capacidade económica e corrijam as distorções associadas ao predomínio do setor extrativo. A indústria transformadora, os serviços e o setor agrícola podem criar emprego e tornar o crescimento económico mais sustentável a longo prazo. Esta secção propõe medidas para impulsionar e diversificar a atividade económica, bem como para reduzir o desemprego e as desigualdades na África Central. Devem ser definidas políticas específicas e detalhadas, adaptadas às necessidades específicas de cada país.

### Promover um crescimento mais diversificado, produtivo e criador de emprego

Centrando-se na gestão dos recursos naturais e do ambiente de negócios, uma política bem desenhada de transformação de matérias-primas pode aumentar o valor das exportações e criar emprego na indústria, nomeadamente no setor agroalimentar. Primeiro, as políticas comerciais podem eliminar barreiras financeiras e materiais às pequenas e médias empresas (PME) que procuram investir no processamento secundário de produtos. Segundo, as políticas devem promover o investimento em energia elétrica, transportes e infraestruturas de investigação no setor agroalimentar. Para além disso, os países devem investir na formação de mão-de-obra qualificada para empregos na construção e na manutenção de maquinaria para a indústria transformadora. O objetivo, mais uma vez, é a criação das condições necessárias para a transformação local de matérias-primas. Assim, será possível evitar situações como as ocorridas no Gabão, quando a decisão de banir exportações de madeira (cortada, mas não esquadriada) levou ao aumento dos custos para as empresas, que tiveram que adaptar a produção para transformar a madeira, com uma mão-de-obra pouco qualificada (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013).

Para serem eficazes, estas políticas devem incorporar os desafios sociais e ambientais ligados à exploração de recursos naturais (petróleo e minerais). Os atores do setor, tanto nacional como internacionalmente, devem definir coletivamente as condições necessárias para que as atividades extrativas sejam benéficas para a economia da região.

De forma a ultrapassar as externalidades negativas da exploração de recursos naturais, tanto os governos como as empresas, as indústrias e os representantes da sociedade civil têm um papel a desempenhar na gestão sustentada desses recursos (OCDE, 2016a). A OCDE redigiu um guia prático sobre a diligência devida em cadeias responsáveis de fornecimento de minerais provenientes de zonas de conflito ou de alto risco, tendo nesse processo um grande envolvimento de membros da OCDE (desde 2010), dos 11 Estados africanos membros da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), de representantes da indústria e da sociedade civil, bem como de especialistas das Nações Unidas sobre a República Democrática do Congo. Este guia estabelece as normas a respeitar e os instrumentos de avaliação, com o objetivo de ajudar as empresas extrativas a respeitar os direitos humanos (OCDE, 2018). Na RDC, este envolvimento levou ao decréscimo do financiamento dos conflitos pela exploração mineira, nomeadamente de estanho, tântalo e tungstênio, entre outros (OCDE, 2015).

Na agricultura, as políticas devem impulsionar a produtividade do setor, que continua a ser baixa. Nos Camarões e na RDC, a produtividade agrícola aumentou graças a programas públicos de melhoria e desenvolvimento de infraestruturas (BAD, OCDE, PNUD, 2017).

No entanto, as políticas de produção agrícola devem, igualmente, conciliar a necessidade de criação de emprego nas zonas rurais, com essa a mesma necessidade em cidades de média dimensão, pois o setor emprega mais de 70% da mão-de-obra da região. A criação de emprego rural não agrícola é uma prioridade em países como o Burundi, onde a pressão demográfica, entre 1989 e 2015, dividiu uma vez e meia a área agrícola disponível por habitante. Esta foi estimada, em 2015, em 0.12 hectares (Banco Mundial, 2017a). Um maior desenvolvimento de cadeias de valor no setor agroalimentar, na logística e na distribuição pode criar muitos empregos, ao mesmo tempo que facilita o crescimento de mais atividades produtivas. A RDC, por exemplo, começou a criar parques agroindustriais para tratamento de mandioca, óleo de palma e transformação de fruta e de produtos piscícolas.

O reforço do ambiente de negócios deve ser uma prioridade para a atração de investimento e para possibilitar o desenvolvimento do setor privado. Os países podem melhorar a governação e a transparência, reduzindo, por exemplo, a corrupção e a burocracia. Neste tipo de medidas, a África Central fica ainda muito aquém de outras regiões africanas (IIAG, 2017). Para melhorar a qualidade das instituições, os governos poderiam criar agências de promoção do investimento, garantindo a transparência, reduzindo os procedimentos administrativos – se necessário através de balcões únicos –, em articulação com o setor privado, de forma a responder às suas necessidades e a atrair investimento.

### **Privilegiar o investimento em infraestruturas**

Apesar das enormes necessidades, a África Central é a região africana com menor investimento em infraestruturas por habitante. Em 2016, apenas 6.3 mil milhões de USD – ou 2% do PIB regional – foram canalizados para o financiamento de projetos de infraestruturas. Este valor é duas vezes menor do que em qualquer outra região africana (ICA, 2017).

O aumento da produção de eletricidade continua a ser um imperativo para a região. Paradoxalmente, o setor da energia continua a ser o menos desenvolvido de África, mesmo que os países da CEEAC tenham um potencial que corresponde a 60% do potencial de todo o continente (BAD, 2011). O projeto da RDC da barragem Grand Inga, no rio Congo, terá uma capacidade de 40 GW (BAD/OCDE/PNUD, 2016). No entanto, a ausência de cooperação entre empresas públicas limita enormemente as trocas energéticas intra-africanas e afeta a fiabilidade do fornecimento (BAD/OCDE/PNUD, 2015).

As parcerias público-privadas (PPP) para o financiamento de infraestruturas poderiam ser largamente reforçadas. A maioria dos projetos com participação de privados está fora da África Central, devido à menor dimensão destes mercados e à fraqueza do quadro institucional. Em 2016, apenas 6.2% do financiamento de infraestruturas na região teve origem no setor privado (ICA, 2017). Por exemplo, o Grupo Egis e a República do Congo investiram em três aeroportos no país, incluindo o Aeroporto Maya-Maya em Brazzaville. Contudo, estas parcerias devem garantir a transparência, particularmente na adjudicação de contratos por parte de entidades públicas e no controlo dos custos de gestão dos operadores ao longo da vida do contrato. Uma regra básica é garantir a simplicidade dos contratos, evitando cláusulas incondicionais de compromisso, bem como projetar realisticamente as receitas geradas pela parceria.

A nível inter-regional, existem diversas oportunidades no setor dos transportes. A região podia investir em redes ferroviárias elétricas transfronteiriças, como sucede com o Plano Diretor dos Caminhos-de-Ferro da África Oriental, que deverá ligar o Burundi, o Quênia, o Ruanda, a Tanzânia e o Uganda. Desde 1999 que a Comissão Internacional da Bacia Congo-Oubangui-Sangha Basin (CICOS), criada pelo Congo e pela RDC, tem promovido a utilização sustentável da água (BAD/OCDE/PNUD, 2015). O papel da Comissão poderia incluir uma melhor regulação do transporte de bens por via fluvial, pois este meio de transporte é o mais poluente a seguir à rodovia. A monitorização da aplicação de melhores regulamentos poderia proteger os ecossistemas da África Central.

### **Incluir a integração regional na política económica**

O acordo de comércio livre da CEEAC deverá ser parte integrante de uma política económica regional coerente. Sem as duas organizações regionais – a CEMAC e a CEEAC – a África Central tem a menor taxa de comércio interno de todas as comunidades regionais africanas (De Melo, Nouar e Solleder, 2017). No entanto, os Estados estão a aprofundar os esforços de integração. Em outubro de 2017, todos os países ratificaram um acordo de livre circulação de pessoas. Antes do final de 2018, pretende-se que os cidadãos dos Estados membros da CEMAC possam viajar por períodos até três meses sem visto. A liberalização do comércio regional deverá aumentar os fluxos comerciais em 15% (Djemmo Fotso, 2014). Dada a falta de complementaridade dos bens produzidos na região, os países da CEEAC devem apoiar a liberalização comercial através da coordenação dos seus planos industriais. A integração regional foi dinamizada pela assinatura do acordo sobre a Zona Continental de Comércio Livre, em março de 2018.

A política monetária pode ajudar os países a enfrentarem mais eficazmente as distorções de mercado geradas pela predominância das indústrias extrativas. No seguimento da crise de 2007-2008, a invariabilidade da taxa de câmbio e a garantia de convertibilidade reduziram a especulação sobre o XAF. Os países da CEMAC têm uma taxa de inflação estável abaixo de 3%, mas é importante manter a margem de manobra em caso de choques associados aos preços das matérias-primas. O Banco dos Estados da África Central (BEAC) deverá ser capaz de reforçar os seus resultados, particularmente pelo aumento das reservas de divisas, que foram afetadas pelo colapso dos preços do petróleo (FMI, 2016).

Os países podem facilitar o comércio regional por via da harmonização, tanto em termos de padrões de qualidade como de capacidades produtivas do setor privado. O Burundi e a Guiné Equatorial poderiam voltar ao Programa de Qualidade das Infraestruturas da África Central (PIQAC), um plano de ação público-privado para desenvolver regras e sistemas de controlo de qualidade com vista a alcançar os padrões internacionais

### Melhorar a mobilização de receitas fiscais

Esta prioridade é comum a todo o continente, mas é particularmente importante para a África Central. Com a exceção dos Camarões, os países da região continuam muito dependentes da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e das receitas provenientes da extração de recursos naturais. Em 2015, a APD representou 1 200 mil milhões de XAF, enquanto as receitas públicas da produção de petróleo contribuíram com 78 mil milhões de XAF (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

É essencial reduzir a dependência e redirecionar os rendimentos dos recursos naturais. A redistribuição da riqueza pode servir para financiar investimentos prioritários para a região e para reduzir a desigualdade. Uma gestão financeira sólida pode, igualmente, reduzir o impacto da volatilidade dos preços das matérias-primas. A constituição de um fundo de capitalização de rendimentos poderia permitir a adoção de políticas contracíclicas em períodos de choque macroeconómico, ou simplesmente contribuir para uma melhor redistribuição. O Gabão e a Guiné Equatorial têm fundos soberanos, respetivamente desde 1998 e 2002.

As políticas de disciplina orçamental, por mais necessárias que sejam, não devem impedir o potencial de consumo dos agregados familiares. Desde 2016 que o Chade tem uma política restritiva para reduzir o défice orçamental estrutural, particularmente pela redução da despesa do setor público. Por outro lado, a indispensável estabilidade orçamental não deve ser alcançada à custa dos vetores da classe média. Em 2018, a despesa foi de 1 343 mil milhões de XAF, para uma receita de 846 mil milhões de XAF.

Os países devem continuar a otimizar a estrutura fiscal, de modo a aumentar a receita pública, minimizando os custos para a população. Para tal, é necessário levar a cabo reformas fiscais eficazes, que eliminem impostos e licenças que já não se justificam. As reformas fiscais devem evitar uma excessiva dependência de um único tipo de imposto, e os seus efeitos regressivos podem ser canalizados para o auxílio a setores mais desfavorecidos da população.

Estas medidas podem ajudar os países a uma melhor recolha de dados económicos. Assim, desde o ano 2000, nos Camarões e na RDC a maioria das receitas fiscais de impostos sobre o consumo subiu (OCDE/ATAF/CUA, 2017). Os países da região podiam igualmente seguir o exemplo do Gabinete de Pequenos e Médios Contribuintes (GPMC) do Ruanda, que permitiu o registo de negócios informais e simplificou o processo de inscrição. Esta reforma tornou possível o aumento da taxa de cumprimento fiscal para os 97% (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

### O ensino primário e secundário é essencial para impulsionar o crescimento

A adoção de uma política educativa ambiciosa, na região, poderia incluir a escolaridade obrigatória até aos 16 anos. Na RDC, por exemplo, a estratégia sectorial para a educação e formação 2016-2025 (*Stratégie sectorielle de l'éducation et de la formation*, SSEF) define um aumento da escolaridade obrigatória para oito anos. Se é certo que a taxa de conclusão do ensino secundário melhorou na África Central, as disparidades de género continuam muito elevadas. Em 2005, 13% das raparigas e 17% dos rapazes concluíram o ensino secundário. Em 2014, o valor aumentou para 35% nas raparigas e 45% nos rapazes.

A disparidade de género na educação deve ser reduzida, particularmente no ensino secundário. Neste nível de educação, há paridade entre rapazes e raparigas num único país: São Tomé e Príncipe. As mais baixas taxas de escolaridade no ensino secundário encontram-se no Chade (46%), na República Centro-Africana (51%) e na RDC (59%) (UNESCO, 2015). As políticas podem incentivar as famílias a providenciar educação às meninas. As questões de género podem, igualmente, ser incorporadas nos programas de

formação dos professores. A contratação de mais professoras e a avaliação do desempenho dos estudantes tendo em consideração o género são outros potenciais instrumentos.

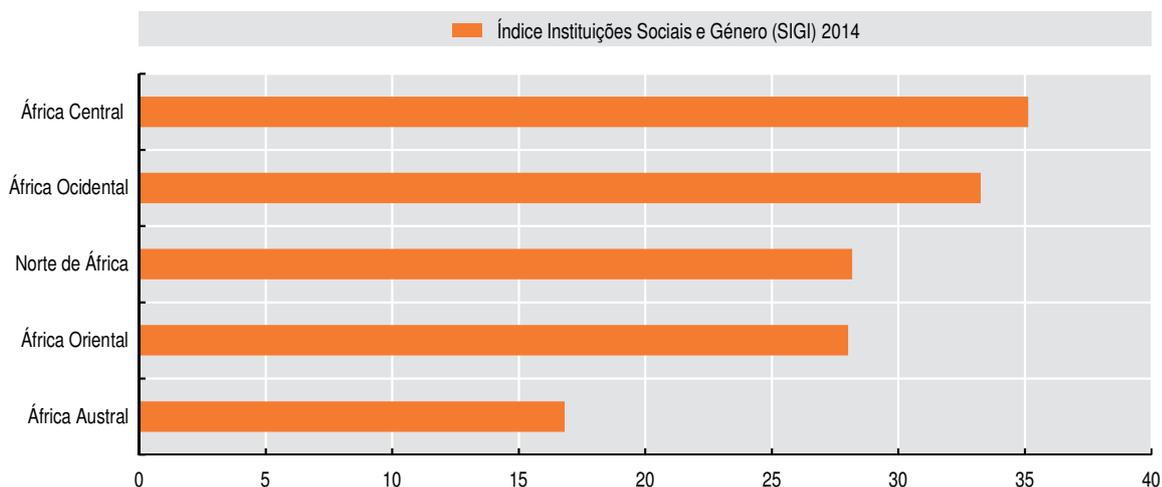
### Reduzir a desigualdade de género

A realização dos objetivos da Agenda 2063 da União Africana (UA) requer a promoção da igualdade de género em todos os níveis e domínios. Ainda mais quando a agenda aspira a: “Uma África onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo africano, especialmente na mulher e na juventude, e nos cuidados à criança”.

As políticas de empoderamento das mulheres estão ainda por implementar. Os países poderiam adotar legislação penalizadora da discriminação salarial por trabalho igual e que desincentivasse as disparidades de vencimentos entre ocupações tradicionalmente femininas e masculinas, encorajando os indivíduos a trabalhar em setores onde o seu género é minoritário. Da mesma forma, os governos podem incentivar o acesso das mulheres aos serviços financeiros e à propriedade (OCDE, 2016b).

A redução do casamento e da gravidez infantil exige o reforço da proteção das meninas. O casamento adolescente continua a ser prática corrente na região, registando o Burundi o valor mínimo de jovens casados antes de atingirem a maioridade (10%) e o Chade o valor máximo (45%) (OCDE, 2014). A adoção de políticas de saúde com enfoque na contraceção e no reforço da educação podem ter resultados positivos (Odejimi e Bellingham-Young, 2014).

Figura 4.19. Desigualdade de género em África



Nota: A escala de SIGI vai de 0, para uma fraca discriminação, até 100, para uma discriminação muito elevada. Valores mais elevados no SIGI indicam maior desigualdade.

Fonte: OCDE (2016b), *Gender, Institutions and Development* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783608>

### Aplicar políticas de crescimento a favor dos pobres

É importante desenhar uma política de crescimento a favor dos pobres, centrada nas zonas rurais. Para além do Gabão, nenhum país da região possui um programa de proteção social dirigido a pelo menos algumas das famílias mais pobres (Banco Mundial, 2015). Os países poderiam considerar:

- Efetuar inquéritos e censos para atualização dos dados disponíveis sobre o mercado de trabalho e sobre as desigualdades de rendimentos, de género e de oportunidades. Estes estudos podem resultar de parcerias entre as instituições estatísticas nacionais e organizações internacionais.

- **Definir esquemas de segurança social e políticas de redução da pobreza coerentes, com o objetivo de implementar uma cobertura universal e vitalícia.** O novo sistema de segurança social do Gabão, por exemplo, tem quatro tipos de proteção: saúde, acidentes de trabalho, prestações familiares e pensões.
- **Combinar programas de proteção social,** obras públicas para gerar emprego, assistência a mulheres não ativas e ajuda financeira para a educação na infância.
- **Aumentar a despesa nos serviços de saúde, bem como melhorar a sua qualidade.** Só o Burundi e São Tomé e Príncipe têm níveis de despesa com a saúde acima da média da África subsariana (7.5% e 8.4% do PIB, respetivamente, comparativamente com 5.5% para a zona a Sul do Sara). O Chade, a Guiné Equatorial, a República Centro-Africana e a RDC registam as taxas mais elevadas de mortalidade neonatal, infantil e abaixo dos cinco anos da África subsariana. No Chade e na República Centro-Africana a esperança de vida à nascença é , respetivamente, menos 7.3 e 8.5 anos do que a média subsariana (59.9 anos, em 2015). Por seu lado, a saúde é um dos três maiores problemas frequentemente referidos pelos camaroneses (BAD/OCDE/PNUD, 2017).
- **Destinar financiamento público aos programas de segurança social,** para diminuir a sua dependência da ajuda internacional. A região ainda não desenvolveu sistemas reais de proteção social que incluam financiamento interno.

### Anexo 4.A.1. Anexo metodológico

#### Caixa 4.A1.1. Contribuição fatorial para o crescimento: trabalho, capital e PTF

Para analisar a contribuição dos fatores de produção tradicionais para o crescimento, baseamo-nos numa função de produção do tipo Cobb Douglas, na qual a produção  $Y$  é explicada pelo trabalho ( $L$ ) e pelo capital ( $K$ ), como indicado na seguinte equação:

$$Y_{i,t} = A_{i,t} L_{i,t}^{\alpha} K_{i,t}^{\beta} \quad (1)$$

onde  $i$  ( $i = 1, \dots, N$ ) designa o país e  $t$  ( $t = 1, \dots, T$ ) o tempo.  $A_{i,t}$  é a produtividade total dos fatores (PTF). Linearizando esta função por uma transformação logarítmica, obtemos a equação seguinte, que permite calcular a sensibilidade da produção à variação de cada fator de produção:

$$y_{i,t} = \delta + \alpha l_{i,t} + \beta k_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

$Y_{i,t} = (\text{ogap}_{i,t}, \text{CA\_gap}_{i,t}, \text{mis}_{i,t})' y_{i,t} = \ln(Y_{i,t})$ ,  $\delta = \ln(A_{i,t})$ . Com efeito, estamos aceitando a hipótese razoável de que a produtividade total dos fatores é comparável entre países e não varia com o tempo, pois depende de fatores institucionais e organizacionais que são comparáveis e relativamente estáveis no tempo.  $\alpha$  é a elasticidade da produção de trabalho e  $\beta$  é a elasticidade da produção de capital. Aqui, não impomos nenhum limite aos parâmetros, o que nos dá a possibilidade de rendimentos de escala decrescentes, constantes ou crescentes. Finalmente, para analisar os efeitos a curto prazo dos fatores de produção no crescimento económico, consideramos a equação (2) em variação, ou seja, em primeira diferença, desta forma:

$$\Delta y_{i,t} = \delta + \alpha \Delta l_{i,t} + \beta \Delta k_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

#### Caixa 4.A1.2. Modelização de Vetores Autorregressivos em Painel (PVAR) para estimar a relação entre o mercado laboral e o crescimento económico

Combinando uma abordagem VAR tradicional (Sims, 1980) com a econometria de dados de painel, o modelo VAR em painel (PVAR) adequa-se particularmente à análise de interações entre variáveis macroeconómicas. Com efeito, as funções de impulso-resposta (FIR) deduzidas da estimativa PVAR são muito úteis para a análise da interação entre o crescimento e o trabalho. A forma reduzida de um modelo PVAR é definida como:

$$X_{i,t} = \alpha_i + \Gamma(L) X_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

onde  $i$  ( $i = 1, \dots, N$ ) designa o país e  $t$  ( $t = 1, \dots, T$ ) o tempo.  $X_{i,t}$  é o vetor das variáveis endógenas estáveis,  $\Gamma(L)$  representa o polinómio matricial no operador de atraso  $L$ ,  $\alpha_i$  designa o vetor dos efeitos fixos no país e  $\varepsilon_{i,t}$  é um vetor de erro. O vetor  $X_{i,t}$  é aqui composto por duas variáveis macroeconómicas – as variações (ou ciclos) do PIB real por habitante em PPA (varPIB) e a variação do trabalho por relação à sua tendência de longo prazo (varemploi):

$$X_{i,t} = (\text{varPIB}_{i,t}, \text{varemploi}_{i,t})' \quad (2) Y_{i,t} = (\text{ogap}_{i,t}, \text{CA\_gap}_{i,t}, \text{mis}_{i,t})'$$

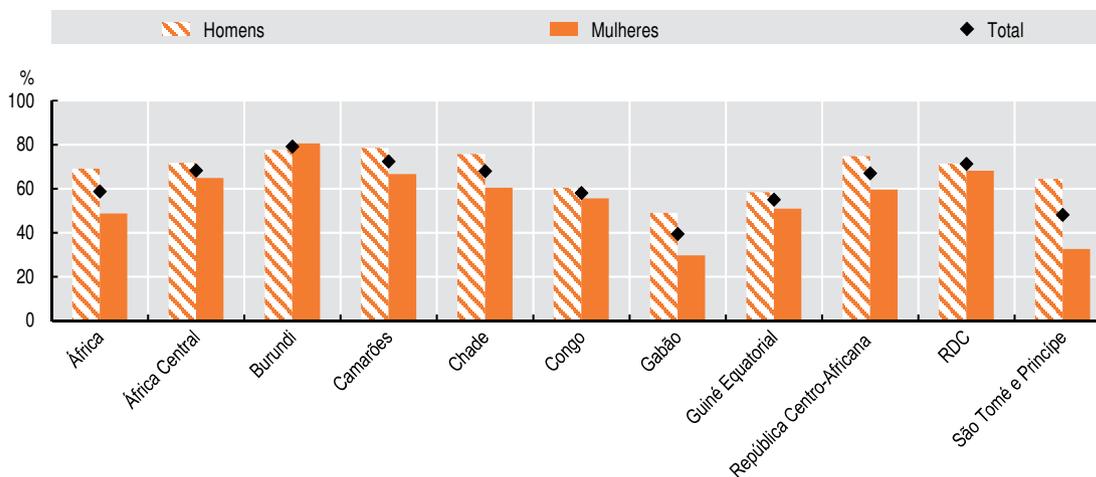
**Caixa 4.A1.2. Modelização de Vetores Autorregressivos em Painel (PVAR) para estimar a relação entre o mercado laboral e o crescimento económico (cont.)**

De um ponto de vista metodológico, a aplicação do processo VAR a dados de painel necessita que se imponha a mesma estrutura de base para cada unidade transversal (país); um constrangimento que poderia, na prática, ser violado (ver Love e Zicchino, 2006). Os efeitos fixos por país introduzidos na equação (1) são um meio de ultrapassar as restrições dos parâmetros, na medida em que captam a heterogeneidade individual. É, mesmo assim, bem conhecido que o uso de um estimador de efeitos fixos em modelos autorregressivos de dados de painel não é apropriado, estando os efeitos fixos correlacionados com regressores, devido aos desvios da variável dependente (Nickell, 1981). Para ultrapassar este problema, consideramos o método de momentos generalizados (GMM). Mais especificamente, para suprimir os efeitos fixos, recorreremos ao procedimento de diferenciação conhecido como transformação de Helmert (Love e Zicchino, 2006, entre outros). Esta transformação preserva a ortogonalidade entre variáveis transformadas e regressores retardados, o que permite a utilização de regressores retardados como ferramenta e a estimativa de coeficientes pelo procedimento GMM. Com os coeficientes estimados, calcula-se a IFR recorrendo à decomposição de Cholesky.

A abordagem VAR tem diversas vantagens. Permite a análise da relação entre crescimento e trabalho sem postular *a priori* um sentido para a causalidade, o que deixa em aberto a possibilidade de o crescimento ser explicado pelo trabalho e vice-versa. Para além das vantagens dos modelos tradicionais VAR, o método VAR em painel possibilita a recolha de uma quantidade de observações mais importantes, necessárias para resultados fiáveis. Isto é particularmente importante no contexto deste estudo, dada a limitada dimensão temporal das variáveis por país.

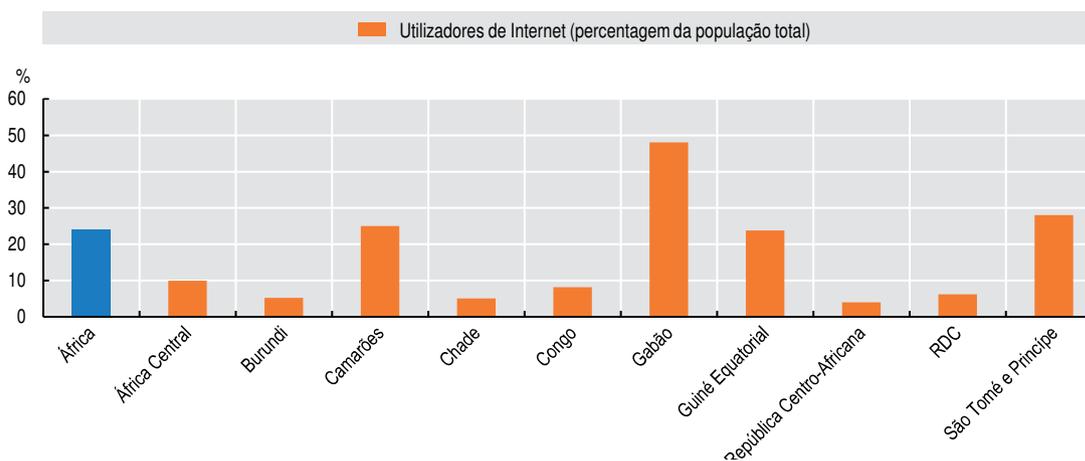
## Anexo 4.A2. Anexo estatístico da África Central

Figura 4.A2.1. Média de emprego por gênero, 2000-15 (percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783627>

Figura 4.A2.2. Taxas de cobertura da internet na África Central (percentagem da população), em 2016

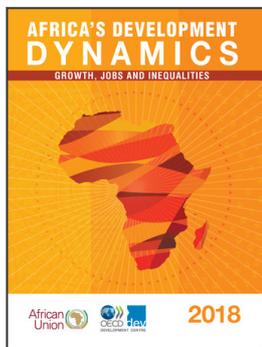


Fonte: Cálculos dos autores, com base em UNDESA (2017) e ITU (2016) (bases de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783646>

## Bibliografia

- ACNUR (2017), “UNHCR launches urgent appeal to help Burundian refugees”, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. <http://www.unhcr.org/fr/news/briefing/2018/1/5a672ae8a/rca-deplacements-populations-precident-2017.html> (consultado a 28 de março de 2018).
- ACNUR (2018), “CAR: Displacement reaches unprecedented levels in 2017”, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, <http://www.unhcr.org/uk/news/briefing/2018/1/5a6701184/car-displacement-reaches-unprecedented-levels-2017.html> (consultado a 28 de março de 2018).
- BAD (2011), “Central Africa”, *Regional Integration Strategy Paper (RISP) 2011-15*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/RISP%20CENTRAL%20AFRICA-ECCAS%20English%20FINAL.pdf>.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas Económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2013), *Perspectivas Económicas em África 2013: Transformação estrutural e recursos naturais*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264200562-pt>.
- Banco Mundial (2015), *The State of Social Safety Nets 2015*, Banco Mundial, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/415491467994645020/The-state-of-social-safety-nets-2015>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>.
- Banco Mundial (2017b), *Doing Business in OHADA 2017*, Banco Mundial, Washington DC, <http://www.doingbusiness.org/Reports/regional-reports/ohada>.
- Banco Mundial (2018), *Doing Business: Reforming to Create Jobs*, Banco Mundial, Washington, DC. <http://www.doingbusiness.org/-/media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB2018-Full-Report.pdf>.
- Barro R.J. (1991), “Economic growth in a cross-section of countries”, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 106(2), pp. 407-443.
- Barro, R. (2000), “Inequality and growth in a panel of countries”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 5(1), pp. 5-32.
- CNUCED (2017), UNCTADstat, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx?ReportId=95> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- De Melo, J., M. Nouar e J.-M. Solleder (2017), “Integration along the Abuja road map”, *FERDI Working Paper* n° 191, julho 2017, [www.ferdi.fr/fr/node/3850](http://www.ferdi.fr/fr/node/3850).
- Djemmo Fotso, A. (2014), “The potential effects of the ECCAS free trade area on trade flows”, *MPRA Paper*, n° 59863, <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/59863/>.
- FMI (2016), *Central African Economic and Monetary Community (CEMAC) Common policies of member countries – Press release, staff report and statement by the executive director*, FMI Country Report n°16/277, Washington, DC, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2016/cr16277.pdf>.
- FMI (2017a), *World Economic Outlook*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx>, (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- FMI (2017b), *Regional Economic Outlook: Sub Saharan Africa – Restarting the growth engine*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <http://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2017/05/03/sreo0517>.
- FMI (2018), *World Economic Outlook*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx>, (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- GGDC/UC Davis (2017), *Penn World Table 9.0*, Groningen Growth and Development Centre, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- Hugon, P. (2006), “Conflicts armés, insécurité et trappes à pauvreté en Afrique”, *Afrique contemporaine*, vol. 218(2), De Boeck Supérieur, pp. 33-47, [doi:10.3917/afco.218.47](https://doi.org/10.3917/afco.218.47).
- ICA (2017), *Infrastructure Financing Trends in Africa – 2016*, Infrastructure Consortium for Africa, Abidjan.

- IIAG (2017), *2017 Ibrahim Index of African Governance: Index Report*, Fundação Mo Ibrahim, Londres.
- ITU (2016), *Country ICT data (base de dados)*, International Telecommunication Union, <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>.
- OCDE (2014), *Social Institutions and Gender*, <https://data.oecd.org/inequality/social-institutions-and-gender.htm> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- OCDE (2015), *Annual Report on the OECD Guidelines for Multinational Enterprises 2014: Responsible Business Conduct by Sector*, Publicações OCDE, Paris, [https://www.oecd-ilibrary.org/governance/annual-report-on-the-oecd-guidelines-for-multinational-enterprises\\_19990952](https://www.oecd-ilibrary.org/governance/annual-report-on-the-oecd-guidelines-for-multinational-enterprises_19990952).
- OCDE (2016a), *Collaborative Strategies for In-Country Shared Value Creation: Framework for Extractive Industries*, OECD Development Policy Tools, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264257702-en>.
- OCDE (2016b), *Sub-Saharan Africa – The Social Institutions and Gender Index (SIGI) Regional Report*, Publicações OCDE, Paris, <https://www.genderindex.org/>.
- OCDE (2018), *Alignment Assessment of Industry Programmes with the OECD Minerals Guidance*, Publicações OCDE, Paris, <http://mneguidelines.oecd.org/Alignment-assessment-of-industry-programmes-with-the-OECD-minerals-guidance.pdf>.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OCDE/CAD (2017), *Global Aid Prospects and Projections*, <http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/global-aid-prospects-and-projections.htm> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- Odejimi, O. e D. Bellingham-Young (2014), “A policy pathway to reducing teenage pregnancy in Africa”, *Journal of Human Growth and Development*, vol. 24(2), pp. 135-141, <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.79915>.
- PNUD (2016), *Human Development Report*, <http://hdr.undp.org/en/data> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- PNUD (2017), *Income Inequality Trends in sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants and Consequences*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Paris.
- UNCOMTRADE (2017), *United Nations Commodity Trade Statistics*, <http://comtrade.un.org/db/> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision* (pesquisas selecionadas na página internet), Divisão população, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Nova Iorque.
- UNESCO (2015), *Education for All Global Monitoring Report 2015 - Regional Overview: Sub-Saharan Africa*, Unesco, Paris.
- UNICEF/ICRW (2015), *Child Marriage, Adolescent Pregnancy and Family Formation in West and Central Africa: Patterns, trends and drivers of change*, Fundo das Nações Unidas para a Infância, International Center for Research on Women, Dacar.



**From:**  
**Africa's Development Dynamics 2018**  
Growth, Jobs and Inequalities

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

**Please cite this chapter as:**

African Union Commission/OECD (2018), “Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Central”, in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/ African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-12-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org). Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at [info@copyright.com](mailto:info@copyright.com) or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at [contact@cfcopies.com](mailto:contact@cfcopies.com).